

Voo cego

Sistema de governo vai para a votação sem acordo

CLÓVIS ROSSI *
Enviado especial a Brasília

As já escassas expectativas de um acordo prévio entre o Palácio do Planalto e uma latia majoritária do Congresso constituinte, prevendo a implantação do parlamentarismo com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney, desabaram ontem definitivamente. Consequência: presidencialistas e parlamentaristas iniciaram os preparativos para uma sessão de votações sem que qualquer lado tenha a mais leve segurança de qual será o resultado.

Ainda poderá haver uma última tentativa de uma conversa mais conclusiva entre os dois grandes atores do processo político (Sarney e Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, do PMDB e da Câmara dos Deputados): na reunião de sábado entre Ulysses, o relator da Constituição, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e o general Ivan de Souza Mendes, chefe do Serviço Nacional de Informações, ficou acertado, em princípio, um café da manhã, hoje, entre Ulysses e Sarney. Mas, mesmo que se realize, o encontro terminará da mesma maneira inconclusiva que o café da manhã anterior entre os dois, realizado na terça-feira.

Ocorre que, ontem, em reunião que se estendeu das 9h às 11h30, no Palácio da Alvorada, com parte do estado-maior presidencialista, Sarney chegou à conclusão de que não

há qualquer espaço para uma negociação antes da votação. A decisão tomada é a mesma que Ulysses Guimarães transmitiu à Folha, na terça-feira, após avistar-se com Sarney: só depois de votado o sistema de governo — primeiro dos dois itens essenciais a entrar na pauta — é que poderá se voltar a tentar um acordo.

A tarde, Ulysses Guimarães reuniu os ministros mais ligados a ele (Celso Furtado, da Cultura, Luiz Henrique da Silveira, da Ciência e Tecnologia, e Renato Archer, da Previdência Social) para chegar à mesma constatação: o espaço para qualquer eventual negociação só será aberto depois de votado o sistema de governo.

Acontece que o sistema de governo pode cair no "buraco negro", a situação em que proposta alguma alcança os 280 votos que configuram a maioria absoluta. Por mais que, de parte a parte, haja declarações grandiloquentes a respeito da expectativa de vitória, a Folha apurou que, ao menos do lado do Palácio do Planalto, "continua a incerteza a respeito do resultado". No lado "ulyssista", o cenário não é diferente: "Vamos ver no dia da votação", disse Ulysses, ao deixar, às 13h, o apartamento do senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, ao comentar a afirmação feita 20 minutos antes por José Lourenço (BA), líder do PFL

na Câmara, de que o presidencialismo teria 300 votos ou até mais.

A incerteza não impede que haja um reconhecimento mais ou menos consensual de que o parlamentarismo cresceu esta semana. E cresceu em função das articulações dos setores centristas e conservadores do PMDB, para tentar um acordo com o Planalto na fórmula parlamentarismo com cinco anos. Sinais divergentes emitidos pelo governo, a respeito da aceitação ou não da idéia, fortaleceram a tendência parlamentarista, o que se comprovou pelas mudanças de posição em ao menos três bancadas que eram majoritariamente presidencialistas (GO, CE e MG).

Esse crescimento não foi suficiente, em todo o caso, para eliminar dois tipos de dúvidas: 1) o parlamentarismo alcançou ou não o número mágico de 280 votos? 2) a pressão do Planalto, reiniciada ontem, fará ou não reverter a tendência de crescimento do parlamentarismo?

Essas dúvidas permanecerão nas frenéticas 24 horas de segunda-feira que antecederá o início da votação sobre o sistema de governo. E poderão se estender por toda a semana, na medida em que a falta de quórum para aprovação de qualquer proposta, se ocorrer, provocará sucessivas votações a respeito do mesmo assunto.

* Colaboraram NERI VITOR EICH, enviado especial a Brasília, e LÚCIA BOLDRINI, da Sucursal de Brasília.

Parlamentaristas se dividem na avaliação

Dos enviados especiais a Brasília

"Se passar a emenda presidencialista, o período Sarney será de quatro anos, sem a menor dúvida." (Bernardo Cabral, PMDB-AM, parlamentarista e quatroanista).

"Se passar a emenda parlamentarista, passarão também os quatro anos, sem a menor dúvida." (Mário Covas, PMDB-SP, parlamentarista e quatroanista).

"O país não suportará presidencialismo e cinco anos. Então, a melhor fórmula para evitar o confronto é parlamentarismo com cinco anos." (Gil César, PMDB-MG, parlamentarista recém-convertido, e cincoanista).

Essas diferentes avaliações entre constituintes de um mesmo partido indicam claramente as divisões no grupo parlamentarista — o que ajuda a tornar imprevisível o resultado das votações desta semana.

As divergências não são apenas de avaliação, mas de estratégia: o grupo mais à esquerda do PMDB, já decidiu fincar pé, por enquanto, só na questão do sistema de governo, na certeza de que, aprovado o parlamentarismo, os quatro anos para Sarney serão inevitáveis.

Mas os setores centristas, dos quais Gil César se tornou um dos principais expoentes, acham que os quatro anos levarão ao confronto e já convidaram Covas para uma reunião hoje à noite, na qual tenta-

rão convencê-lo a aderir à tese do parlamentarismo com cinco anos.

"Ulyssistas"

Essa fórmula é também a preferida pelos "ulyssistas", como deixou claro o ministro Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia), ao chegar, às 13h50, para uma reunião na casa de Renato Archer (Previdência Social), com Ulysses, Celso Furtado (Cultura) e Almir Pazzianotto (Trabalho): "A questão das eleições em 1988 não é essencial, não é substantiva. O que é substantivo é o sistema de governo que, sendo parlamentarista, vai oferecer a grande oportunidade de modernização e democratização do poder."

Os ministros "ulyssistas" chegaram à conclusão de que a negociação com Sarney, para tentar viabilizar parlamentarismo com cinco anos, não tem mais chance de prosperar por enquanto. Mas não abandonaram a esperança de que, após a primeira votação (sistema de governo), haja nova oportunidade. Luiz Henrique deu a pista: ele já não fala em negociação mas em "movimento espontâneo dentro da Constituinte" para chegar a essa fórmula.

Traduzindo: os "ulyssistas" imaginam que, entre o risco de um confronto com o governo e o de uma vitória do presidencialismo com cinco anos, os constituintes se encaminharão naturalmente para a fórmula intermediária de parlamentarismo com cinco anos.

Os desmentidos não desmentem nada. Servem para reaglutinar as tropas presidencialistas, que estavam atônitas com a perspectiva de uma negociação que passasse por cinco anos com parlamentarismo. Se a dispersão prosseguisse, o governo corria o risco de ver rejeitada, por larga margem, a emenda presidencialista, e qualquer negociação posterior seria inútil.

Ontem pela manhã, fechou-se o círculo: em reunião no Palácio da Alvorada com José Lourenço (PFL-BA), Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), líder do governo na Câmara, e os ministros Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil) e Ivan de Souza Mendes (SNI), o presidente emitiu a palavra de ordem de inflexibilidade. "Há uma decisão irreversível do presidente, de seus ministros, de nós, líderes, e dos constituintes fiéis ao presidente, de votar presidencialismo com cinco anos", disse José Lourenço, escalado como porta-voz do grupo. "Nós temos mais de 300 votos para o presidencialismo e poderemos ampliar este número", acrescentou.

A Folha apurou que os números que chegam ao Planalto não são considerados inteiramente confiáveis pelo presidente, até porque os líderes governistas fizeram previsões igualmente otimistas, quando da votação do mandato de Sarney, na Comissão de Sistematização, e erraram. Prisco Viana, ministro da Habitação, Urbanismo e Meio Am-

Ulysses conversou ontem, outra vez, com Covas a respeito desse "movimento espontâneo", mas encontrou a mesma resistência de tentativas anteriores.

O ponto que unifica "ulyssistas", centristas e centro-esquerdistas do PMDB é a constatação de que uma eventual vitória do presidencialismo com cinco anos só aumentará a crise de governabilidade que todos enxergam. "Presidencialismo com cinco anos não é difícil de votar, é difícil de sustentar depois", diz Covas, resumindo posição consensual dos três grupos peemedebistas.

A Pesquisa Folha publicada quinta-feira põe números nessa constatação empírica de Covas: alinhados inteiramente com as teses do governo (presidencialismo e cinco anos) só estão 164 constituintes. Mesmo na hipótese improvável de que todos os 13 que querem cinco anos e não se definem pelo sistema e todos os 43 que não puderam ser ouvidos sejam incondicionais do Planalto, a bancada palaciana não passa, hoje, de 220 congressistas, bem menos do que a maioria absoluta. Acrescente-se que a esmagadora preferência da sociedade por eleições em 88, aferível em todas as pesquisas, e tem-se um cenário de ingovernabilidade, fantasia de todos os parlamentaristas.

O problema é que os parlamentaristas se dividem a respeito da melhor maneira de exorcizar o fantasma (quatro ou cinco anos), o que torna imprevisível o comportamento deles na hora da votação.

biente e operador político do Planalto, chegou a prever, na véspera da votação, 53 votos para os cinco anos, seis a mais do que a maioria absoluta da Comissão. Deu 48 a 45 para os quatro anos.

Para não ser surpreendido de novo, o governo reiniciou ontem as pressões. "Já soube de pelo menos dois deputados mineiros que receberam pressões para voltar ao presidencialismo", informou a Folha o deputado Gil César.

A tática dos governistas para a votação propriamente dita será fechada hoje, em reunião entre seus três líderes (Sant'Anna, Lourenço e o senador Saldanha Derzi, líder do Senado). Paralelamente, os presidencialistas — nem todos alinhados com o Planalto — também se reúnem hoje, a convite do senador Marco Maciel, presidente do PFL, para tentar mais uma vez uma fusão das emendas presidencialistas.

Depois da reunião matinal com ministros e líderes, o presidente mudou a ênfase de suas atividades: às 12h30, chegou ao Alvorada a mulher do deputado Sarney Filho (PFL-MA), filho do presidente, com um menino e uma menina e um carro cheio de bicicletas. Começava a se concretizar o "domingo dedicado aos netos" que a assessoria de Sarney anunciara no sábado à noite, para justificar o retorno antecipado do presidente, que deveria ter ficado no Mato Grosso até ontem de manhã.



O deputado Ulysses Guimarães, ontem, no elevador do Congresso Nacional, após encontro com o senador Mário Covas

Ulysses vai ao Rio encontrar Roberto Marinho

Das Sucursais do Rio e Brasília do enviado especial a Brasília

O presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães, viajou na noite de ontem para o Rio para um encontro com o presidente das Organizações Globo, empresário Roberto Marinho. Ulysses desembarcou na Base Aérea do Galeão (Ilha do Governador, zona norte) às 19h18 e foi levado imediatamente para a casa de Roberto Marinho, no Cosme Velho, zona sul, onde chegou às 19h40. Ulysses não quis informar o que foi tratar com o empresário, com quem continuava reunido até às 21h30.

Ulysses passou um fim-de-semana tenso e mal-humorado em meio a articulações e reuniões sobre o que acontecerá nas próximas votações da Constituinte. Às 17h45 embarcou num jatinho HS da Força Aérea Brasileira para o Rio de Janeiro, sem dar informações sobre a viagem.

O rosto contraído de Ulysses, ao voltar à sua casa, depois de uma conversa com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), relator da nova Constituição, e depois com o ministro-chefe do SNI, general Ivan de Souza Mendes, era um indicio do que aconteceria ontem, quando ficou claro que estava indo por água abaixo a idéia de um acordo com o presidente Sarney em torno da implantação do parlamentarismo-já com um mandato de cinco anos.

No domingo, Ulysses acordou às 7h e, de manhã, aparentava a mesma irritação de sua expressão na noite de sábado. Não sorriu nem disse bom dia a funcionários e seguranças da casa, quando, às 11h45, entrou em seu Landau preto, sozinho e em mangas de camisa.

Saiu para a casa do senador Mário Covas, líder do PMDB na Constituinte, sem falar com os jornalistas que o aguardavam. Ao sair da casa de Covas, foi perguntado sobre o que achava da afirmação do líder do

PFL na Câmara, José Lourenço, de que não haveria acordo com o governo.

"Não acho nada, não acho nada", repetiu, aparentando mau-humor. Depois de muita insistência respondeu, evasivo: "Vamos ver no dia da votação."

Depois, foi almoçar na casa do ministro Renato Archer (Previdência Social), que fica ao lado da sua. Também almoçaram lá, acompanhados de suas mulheres, os ministros Celso Furtado (Cultura), Luiz Henrique (Ciência e Tecnologia) e Almir Pazzianotto (Trabalho). O almoço foi até às 16h.

Ao voltar a pé para casa, Ulysses acionou três agentes de segurança, que ameaçaram usar de violência contra os repórteres, impedindo qualquer tentativa de abordagem.

Uma hora e 20 minutos depois, às 17h20, Ulysses entrou no Landau que saiu às pressas para a Base Aérea de Brasília, onde embarcou para o Rio.

Aprovação do sistema pode demorar 15 dias

Da Sucursal de Brasília

Caso a emenda presidencialista do senador Humberto Lucena (PMDB-PB) não obtenha o mínimo de 280 votos favoráveis ou contrários amanhã, abre-se a possibilidade de o sistema de governo somente ser decidido num prazo que chega a 15 dias, conforme o regimento interno e levando-se em conta as convenções municipais do PMDB no próximo final de semana e os feriados da Semana Santa. Durante este período, o plenário poderá cair no "buraco negro", forçando a negociação definitiva entre parlamentaristas e presidencialistas.

A emenda Lucena terá preferência na votação devido a 356 assinaturas de constituintes (que não significam, necessariamente, votos). Aprovada a proposta, a decisão central sobre sistema de governo estará tomada.

Restarão algumas emendas individuais, como a do deputado Manoel Moreira (PMDB-SP), criando a figura do "primeiro-ministro coordenador do governo", que continuaria a ser chefiado pelo presidente da República. Confirmando-se esta hipótese, a votação levaria um ou dois dias. Rejeitada a emenda, passa-se a votar o parlamentarismo.

Por outro lado, se a emenda Humberto Lucena não obtiver 280 votos, favoráveis ou contrários, a sessão será suspensa por 24 horas. Ao final deste período, haverá nova votação da mesma emenda. Repetindo-se a falta de maioria ou havendo a rejeição, começa a segunda fase, com a apreciação da emenda parlamentarista do deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), que recebeu 341 assinaturas.

O processo se repete. Aprovada

com 280 votos, passa a valer o novo sistema. Caso contrário, abre-se novo prazo de 24 horas para outra votação. Prejudicada a proposta parlamentarista, o plenário estará diante da última oportunidade de evitar o "buraco negro": aprovar o texto da Sistematização, também parlamentarista. Nesta hipótese, a votação será em turno único.

Esgotadas as três alternativas, o relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) e as lideranças da Constituinte terão 48 horas para encontrar uma saída que reúna maioria absoluta. Aprovada a fórmula, o plenário deverá completar a votação das emendas individuais que não forem prejudicadas ou retiradas. Estas emendas somente podem ser votadas quando o plenário tiver escolhido um texto-base, seja parlamentarista ou presidencialista.